PROCESSO N.° 1403/09 PROTOCOLO N.º 10.284.793-8/09

PARECER CEE/CEB N.º 193/10 APROVADO EM 03/03/10

CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

INTERESSADA: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

MUNICÍPIO: CURITIBA

ASSUNTO: Autorização para funcionamento de Ensino Fundamental e Médio nas Escolas das Ilhas do Litoral Paranaense em caráter experimental.

RELATORA: MARIA LUIZA XAVIER CORDEIRO

I RELATÓRIO

1. Histórico

A Secretaria de Estado da Educação - SEED, pelo Of. n.º 4932/2009-GS/SEED, de 26/11/2009 (fls. 03), protocolado em 01/12/2009, encaminhou ao Presidente deste Conselho a Proposta Pedagógica das Escolas das Ilhas do Litoral Paranaense para análise e parecer.

Consta do ofício que o objeto da proposta é "fortalecer, qualificar e garantir o atendimento escolar das comunidades tradicionais de ilhéus e ribeirinhos do litoral do Paraná, respeitando-se o modo de vida destas populações no processo de ensino-aprendizagem das crianças, jovens, adultos e idosos, assim como, contribuir para amenizar e ou evitar grandes deslocamentos dos mesmos, que devido às inúmeras condições naturais adversas do ambiente em que vivem, colocariam em risco suas vidas" (fls. 3).

Destaca-se que é uma proposta elaborada pelo Departamento da Diversidade - Coordenação da Educação do Campo.

A referida proposta pedagógica poderá ser executada nas escolas localizadas nas Ilhas de: Superagüi, Rasa, das Peças, Piaçagüera, Ilha do Mel e Ilha da Cotinga (fls. 7). Diz-se "poderá", pois consta do protocolado que para o ano de 2010 haverá a criação de novas unidades escolares. As escolas relacionadas no processo são:

- Colégio Estadual Marcílio Dias/Escola Pólo,
- Escola Sub-sede Marcílio Dias - Ilha de Superagüí,
- Escola Sub-sede Marcílio Dias - Ilha Rasa,
- Escola Sub-sede Marcílio Dias - Ilha das Peças,
- Colégio Estadual Farias Sobrinho/Escola Pólo,
- Escola Sub-sede Farias Sobrinho - Ilha de Piaçagüera,
- Escola Estadual Lucy Requião - Ilha do Mel Nova Brasília,
- Escola Estadual Lucy Requião - Ilha do Mel Encantadas,
- Escola Indígena - Ilha da Cotinga

Dentre os documentos que fundamentam a proposta é citado, entre outros, o Decreto n.º 6.040/07 que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

2. Da Proposta Pedagógica

Da Proposta Pedagógica extrai-se elementos fundamentais que se descreve a seguir:

2.1 A Justificativa está descrita às folhas 12 a 16 e contém:

Em um contexto marcado pelo refluxo das conquistas sociais historicamente constituídas pela desconsideração de um conjunto de direitos humanos, sobretudo dos povos e comunidades tradicionais que habitam as ilhas do Paraná, e educação formal e, portanto, a escola passa a ser um direito fundamental no processo de democratização da sociedade. isto posto trata-se de uma das instituições do Estado mais disseminadas pelo território nacional que, além disso, permite o acesso a saberes fundamentais que podem propiciar ao estudante a participação plena e, em igualdade, na vida de sua própria comunidade e de seu país. Assim, faz-se necessário que a instituição escolar possibilite o acesso a um conjunto de conhecimentos elaborados pelos ilhéus.
(...)

Sabemos que existem em todo o país povos e comunidades cujos direitos e saberes, inclusive o de acesso e permanência na escola, têm sido permanentemente negados. Esta negação se realiza ora pela inexistência de políticas públicas de inclusão, ora pelo conjunto das condições materiais que impõem uma série de impedimentos ao acesso à educação pública.

Em muitos lugares, inclusive na escola, as diferenças, saberes e identidades dos mais variados sujeitos sociais são desconsiderados em função dos processos de massificação aos quais somos cotidianamente expostos. Dessa maneira, muitos grupos étnicos e comunidades têm sua existência social negada.

É o que predominantemente acontece com os chamados povos e comunidades tradicionais, cujos saberes, modo de vida e existência sequer constam em propostas pedagógicas, diretrizes curriculares, livros e outros materiais didáticos. Isso contribui para a formação de uma sociedade desinformada e omissa, que não visualiza a existência de grupos sociais minoritários e seus direitos essenciais. É nesta conjuntura política que se justificam as ações voltadas à elaboração e implementação de uma proposta pedagógica para as escolas das ilhas, que viabilize o fortalecimento e/ou a constituição de movimentos de resistência das populações tradicionais.

O instrumento legal deflagrador do refluxo do modo de vida tradicional no litoral do Paraná foi a criação das Unidades de Conservação a partir dos anos 1980, fundada numa concepção de natureza na qual o elemento humano é externo a ela. Somado a isso, o não reconhecimento institucional da existência dos grupos sociais que habitavam aquelas áreas e a omissão do diálogo com esses povos e comunidades tradicionais desdobrou-se na interdição do seu modo de vida, agravada pela ausência de planos de manejo. Os elementos citados, ao inviabilizarem a permanência destes

grupos, impediram a realização de atividades umbilicalmente ligadas ao seu modo de vida, tais como coleta e caça.

(...)

Entendemos, desta forma, que é a dialogicidade entre os saberes tradicionais e os escolares, bem como a disseminação da existência dos grupos anteriormente mencionados e seus modos de vida que auxiliarão na efetiva formação de uma sociedade que respeite as diferenças e a relevância dos diversos sujeitos portadores e enunciadores do conhecimento.

(...)

Deste modo, a escola é entendida na presente proposta enquanto instituição que pode auxiliar na construção da autonomia intelectual dos sujeitos. Deve servir para que compreendam o mundo a partir do lugar onde vivem, a fim de poderem intervir ativamente na melhoria de sua qualidade de vida. Isso também significa tornar as comunidades tradicionais menos refratárias por meio da institucionalização de escolas e proposta pedagógica que dialoguem com os saberes dos quais são portadoras.

2.2 Os Objetivos estão subdivididos em geral e específicos (fls. 16 e 17):

Objetivo Geral: Gestão democrática voltada à educação que visa à autonomia e cidadania plenas, tendo como base a dialogia entre os conhecimentos dos moradores das ilhas fundamentados nos seus saberes e identidades e os escolares, técnicos e tecnológicos, para que possam viver com dignidade no local onde moram ou em outros lugares.

Objetivos Específicos:
- Assegurar a autonomia administrativa e pedagógica visando garantir o atendimento dos diferentes níveis e modalidades de ensino;
- O Desenvolvimento Humano do estudante para que possa agir no mundo como cidadão consciente e crítico;
- A compreensão da realidade contemporânea em diferentes escalas, desde o local, regional, nacional e mundial;
- O resgate, registro e valorização dos saberes tradicionais, das identidades, espaços e modos de vida a fim de estabelecer o diálogo com os saberes escolares;
- Garantir que, por meio do trabalho com os eixos temáticos, ocorra o diálogo com os conteúdos estruturantes referentes à Educação Básica.

2.3 A Proposta Pedagógica é denominada como experimental

Do todo destaca-se :

A Educação do Campo e as Escolas das Ilhas Litorâneas no Estado do Paraná (fls. 17 a 22)

O conceito de campo ultrapassa os limites do que se entende por zona rural, categoria jurídico administrativa, porque é político, pois considera o espaço de moradia dos sujeitos e suas comunidades, características econômicas, políticas, culturais e socioambientais. Nesse sentido, o campo comporta:

> *[…] categorias sociais como posseiros, boias-frias, ribeirinhos, ilhéus, atingidos por barragens, assentados, acampados, arrendatários, pequenos proprietários ou colonos sitiantes – dependendo da região do Brasil em que estejam - caboclos dos faxinais, comunidades negras rurais, quilombolas e, também, as etnias indígenas (PARANÁ, 2006, p. 22).*

Assim, o campo é o lugar onde o modo de vida dos sujeitos se carateriza pelas relações que mantém uns com os outros e com a natureza que os rodeia. Desta forma, rompe-se com a ideia de um rural marcado apenas pela alta produção agrícola de monoculturas voltada à exportação; pela exploração industrial da madeira, pela prática da pesca intensiva, entre outras atividades, onde os elementos da natureza necessários para a vida se concentram nas mãos de pequenos grupos de proprietários e investidores.

Por isso, o campo possui *"*[...] possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições de existência e com as realizações da sociedade humana" (BRASIL, 2003, p...) superando a concepção de espaço atrasado a ser modernizado, Como possibilidade ele é um espaço de direitos, sobretudo, de acesso às Políticas Públicas. Por isso, esta proposta visa garantir a visibilidade social dos sujeitos do campo, suas manifestações, continuidades e descontinuidades territoriais. (cf. fls. 17 e 18)

(...)
É nesse contexto que as Escolas das Ilhas são compreendidas como Escolas do Campo, e os ilhéus do litoral são considerados nas políticas públicas educacionais sujeitos do campo. Desde 20005, os professores que atuam nas escolas das ilhas e outros que recebem estudantes oriundos das mesmas fazem sua formação continuada pela Coordenação da Educação do Campo. A partir da realização de reuniões e visitas técnicas, com vistas a diagnosticar as condições pedagógicas e estruturais das escolas, verificaram-se as seguintes necessidades: reformas, ampliações e/ou construção de novos prédios, acesso aos diferentes modos e meios de comunicação, transporte marítimo de qualidade, uma proposta pedagógica específica que sustente a autonomia escolar, formação continuada de professores que permitam a elaboração de materiais didático-pedagógicos centrados no diálogo entre os saberes tradicionais e escolares. (cf. fls. 21)

As Populações Tradicionais nas Ilhas, suas territorialidades e modos de vida (fls. 22 a 27)

O termo Populações Tradicionais foi ao longo dos últimos anos, conceituado por inúmeros autores (DIEGUES, 1993, 2001; VIANNA, 2008; ALMEIDA, 2006). Embora as diferentes áreas de conhecimento tenham elaborado conceitos, que por muitas vezes se complementam, optamos por adotar neste documento, a concepção de Povos e Comunidades Tradicionais proposta pelo Governo Federal, em função de compreendermos que estes conceitos podem fortalecer determinadas práticas sociais. Destacamos que este governo e a sociedade civil organizada têm somado esforços para a consolidação de uma Política Nacional para o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Nesse sentido, em concordância com o Art 3º, Inciso I, do Decreto 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, assumimos que:

> *Povos e Comunidades Tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e*

> *recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007 s.p.).*

Historicamente os moradores da ilhas, no contexto das relações sociais, foram genericamente denominados como Caiçaras.

Cabe destacar que muitos ilhéus do litoral paranaense se reconhecem como "Nativos", outros, por uma questão de (re) conhecimento e fortalecimento identitário se propõem a resgatar o termo caiçara, deslocando a partir do seu uso as conotações depreciativas que sofreu. (cf. fls. 22 e 23)

(...)
Cabe destacar que a diversidade existente nas ilhas está ligada, desde há muito tempo, às relações entre os lugares e sociabilidades estabelecidas sobretudo pelas características histórico-geográficas e às práticas ligadas à pesca. (cf. fls. 24)

Apresenta-se, ainda, o texto **"Saberes Tradicionais e Saberes Escolares nas Ilhas" às folhas 27 a 30**, que trata da construção dos conhecimentos específicos dos e para os ilhéus.

2.4 Organização Curricular

Quanto à Organização Curricular, são tecidas várias argumentações constantes às folhas 30 a 34

A materialização de uma escola para as ilhas paranaenses que objetive auxiliar na construção da autonomia e cidadania de fato supõe a transformação da referida instituição, algo não muito fácil porque segundo Mészáros (2005, p. 35), nos últimos 150 anos a educação institucionalizada serviu:

> *[…] no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma 'internalizada' (isto é, pelos indivíduos devidamente 'educados' e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas.*

Verifica-se que, para além da modificação dos conhecimentos escolares, todo o conjunto de ações, pessoas e instâncias da escola devem ser transformados se em caso nosso horizonte estiver colocada uma educação voltada à emancipação que rompa com a dominação social, Neste sentido, tendo por base as ideias de Pistrak, afirma Caldart (222, p. 8):

> *[…] para transformar a escola, e para colocá-la a serviço da transformação social, não basta alterar os conteúdos nela ensinados. É preciso mudar o jeito da escola, suas práticas e sua estrutura de organização e funcionamento, tornando-a coerente com os novos objetivos de formação dos cidadãos, capazes de participar ativamente do processo de construção da nova sociedade.*

Assim, entendemos que a organização curricular para as escolas das ilhas não deve se limitar à indicação dos conteúdos a serem nelas trabalhados, muito menos apenas referir-se ao tratamento metodológico dos mesmos,

trata-se de subsidiar as transformações das práticas escolares, portanto, da organização e funcionamento da referida instituição, bem como das suas relações com a comunidade a fim de que possam alcançar os objetivos pedagógicos estabelecidos.

> *Portanto, o papel da educação é soberana, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a auto mudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente. (MÉSZÁROS, 2005, p. 65).*

Desta forma, para que esta proposta se efetive, visando a concretização do que Mészáros denomina de "ordem social metabólica" faz-se necessário que a implementação desta proposta pedagógica curricular, esteja fundada na Gestão Escolar Democrática, que garante uma relação orgânica da comunidade com a escola, viabilizando a ampliação dos tempos e espaços escolares, fundamentais na concretização da dialogia entre os saberes.

Faz-se necessário afirmar, que esta Proposta Pedagógica será implantada de forma simultânea em todas as Séries das Escolas Estaduais envolvidas, considerando a realidade vivenciada em cada Ilha. Grifei (cf. fls. 31)

2.5 O Currículo nas e para as Ilhas: Gestão Democrática e ampliação dos tempos e espaços escolares (fls. 31 a 34)

Na presente proposta das ilhas, as praias, o campo de futebol da comunidade, as trilhas em meio à Floresta Atlântica, as igrejas, os clubes e associações, os espaços ligados à pesca, entre outros, são considerados efetivos prolongamentos da escola.

A escola, nesse contexto, deve compreender que estes espaços são educativos e carregados de saberes tradicionais e que, num processo dialógico, constituem-se como fundamentais na organização do trabalho pedagógico e de gestão democrática da escola.

A gestão das Escolas das Ilhas deve levar em consideração a participação da Comunidade em todas as suas ações, haja vista que, o processo educativo em questão compõe a formação de seus filhos.

Com isso, pretende-se conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, em seu Art. 3º. Inciso VIII reafirmar a ideia de "gestão democrática do ensino público" nela contida. Somados a isso, referendamos os artigos 12 a 15 que estabelecem a autonomia pedagógica e administrativa das unidades escolares, a importância da elaboração do Projeto Político-Pedagógico da Escola, colocando a centralidade da articulação com "as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola" (Art. 12, Inciso VI). (cf. fls. 31 e 32)

(...)

Desta forma, esta proposta curricular compreende a gestão democrática não só como ações relacionadas à administração da escola, a exemplo do uso dos recursos financeiros, mas também, as ações pedagógicas. os conteúdos escolares, orientados por elementos oriundos destes diferentes espaços coletivos, discutidos e vivenciados na escola, mediados pelo(a) professor(a), de forma contextualizada, se ampliam ao dialogar com conhecimentos e

> saberes tradicionais, já construídos historicamente e presentes na cultura escolar - os saberes escolares.
>
> (...) Em vista disso, torna-se importante que o(a) professor(a) dedique constantemente uma parte do seu tempo-espaço aula, exercido no ambiente escolar, para vivenciar junto com seus alunos os tempos-espaços tradicionais dos ilhéus.

2.6 Os Eixos Temáticos, as Áreas do Conhecimento, os Conteúdos Estruturantes e a Matriz Curricular (fls. 34 a 88)

> Entendemos que uma proposta pedagógica voltada à construção de uma automudança consciente dos indivíduos (Mészáros, 2005) e de seus territórios deve manter uma relação orgânica entre os eixos temáticos e os conteúdos estruturantes.
> Na presente, os primeiros estão umbilicalmente ligados aos modos de vida dos ilhéus, os segundos estão referenciados nos saberes escolares elencados nas diretrizes curriculares do Estado do Paraná. É a partir dos mesmos que o educador tecerá a dialogicidade entre os saberes, que auxiliarão o educando a construir seu próprio conhecimento e capacidade de ler o mundo nas suas várias escalas (local, regional e global), a fim de nele agir.
>
> Dessa maneira, será a partir da situação presente, existencial, concreta, refletindo o conjunto de aspirações das comunidades, que poderemos organizar o conteúdo programático da educação e da ação política.
>
> Foi a partir desses entendimentos que priorizamos os eixos temáticos e as ementas que seguem, enquanto fundamentais para a constituição da leitura de mundo do educando. (cf. fls. 34)

2.6.1 Eixos Temáticos

Segue a lista dos **eixos temáticos** que estão descritos às folhas 35 a 37:

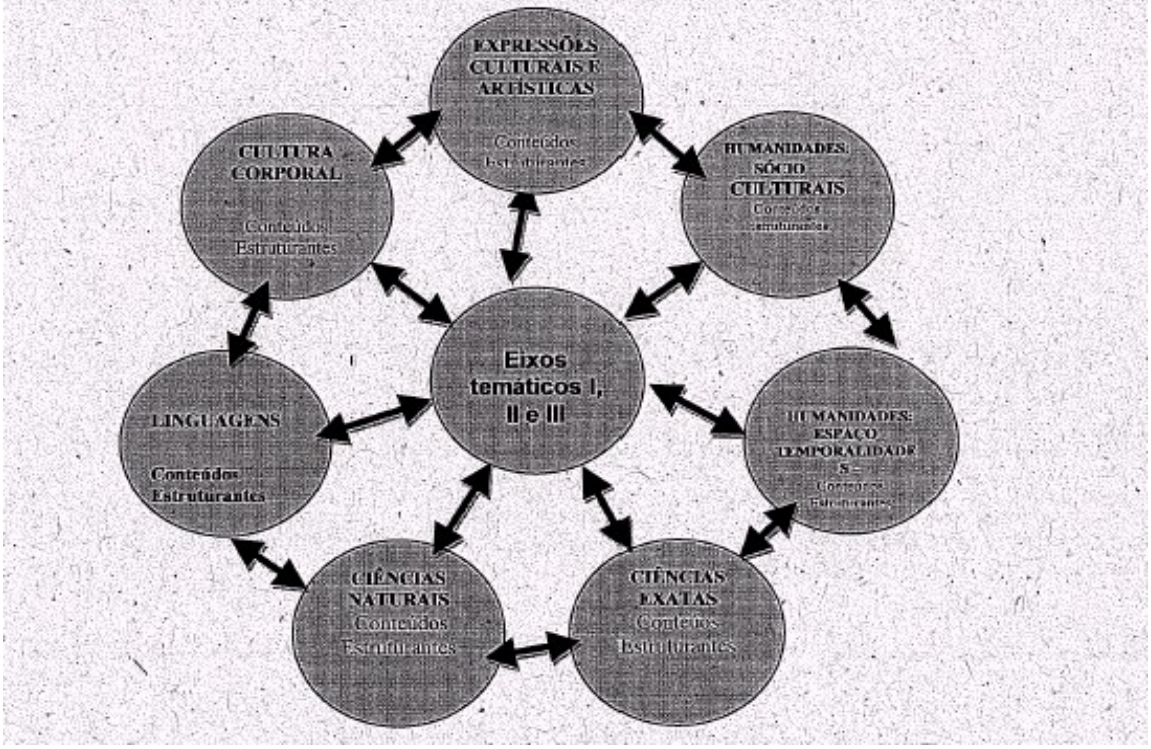
- modos de vida: trabalho, cultura(s) e identidade(s);

- territórios: natureza, poder e políticas;

- saúdes: hábitos e costumes.

O diagrama explicita a relação entre os eixos e as áreas do conhecimento (fls. 35):

Diagrama 01. A relação: eixos temáticos, áreas do conhecimentos e os conteúdos estruturantes.



2.6.2. Áreas do Conhecimento

A organização curricular da presente proposta se dá por Á**reas do Conhecimento**, quais sejam:

- Área de Linguagens: Língua Portuguesa e Língua Estrangeira Moderna;

- Expressões Culturais e Artísticas: Arte;

- Cultura Corporal: Educação Física;

- Ciências Exatas: Matemática e Física;

- Ciências Naturais: Ciências, Biologia e Química;

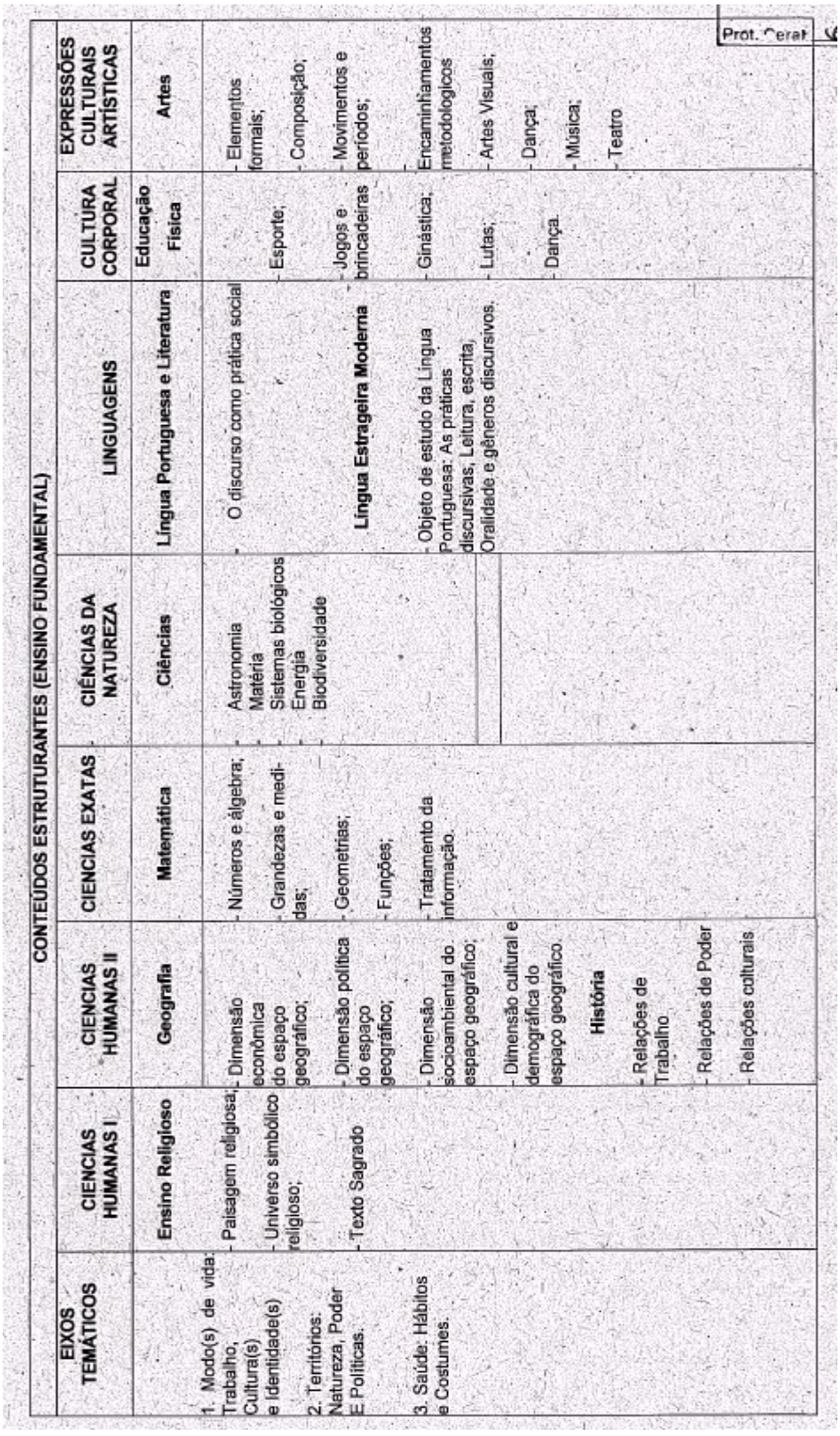
- Ciências Humanas I: Ensino Religioso, Sociologia e Filosofia;

- Ciências Humanas II: Geografia e História.

2.6.3. Conteúdos Estruturantes

PROCESSO N.° 1403/09

O quadro abaixo apresenta os **conteúdos estruturantes** por eixos e áreas do conhecimento (fls. 85 e 86):



CONTEÚDOS ESTRUTURANTES (ENSINO FUNDAMENTAL)								
EIXOS TEMÁTICOS	CIENCIAS HUMANAS I	CIENCIAS HUMANAS II	CIENCIAS EXATAS	CIÊNCIAS DA NATUREZA	LINGUAGENS	CULTURA CORPORAL	EXPRESSÕES CULTURAIS ARTÍSTICAS
	Ensino Religioso	Geografia	Matemática	Ciências	Língua Portuguesa e Literatura	Educação Física	Artes
1. Modo(s) de vida: Trabalho, Cultura(s) e Identidade(s) 2. Territórios: Natureza, Poder E Políticas. 3. Saúde: Hábitos e Costumes.	- Paisagem religiosa; - Universo simbólico religioso; - Texto Sagrado	- Dimensão econômica do espaço geográfico; - Dimensão política do espaço geográfico; - Dimensão socioambiental do espaço geográfico; - Dimensão cultural e demográfica do espaço geográfico. **História** - Relações de Trabalho - Relações de Poder - Relações culturais	- Números e álgebra; - Grandezas e medidas; - Geometrias; - Funções; - Tratamento da informação.	- Astronomia - Matéria - Sistemas biológicos - Energia - Biodiversidade	- O discurso como prática social **Língua Estrageira Moderna** - Objeto de estudo da Língua Portuguesa: As práticas discursivas, Leitura, escrita, Oralidade e gêneros discursivos.	- Esporte; - Jogos e brincadeiras - Ginástica; - Lutas; - Dança.	- Elementos formais; - Composição; - Movimentos e períodos; - Encaminhamentos metodológicos - Artes Visuais; - Dança; - Música; - Teatro

Prot. Geral

PROCESSO N.° 1403/09

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES (ENSINO MÉDIO)						
EIXOS TEMÁTICOS	CIÊNCIAS HUMANAS I	CIÊNCIAS HUMANAS II	CIÊNCIAS EXATAS	CIÊNCIAS NATURAIS	LINGUAGENS	CULTURA CORPORAL
	Sociologia	**Geografia**	**Física**	**Biologia**	**Língua Portuguesa**	**Educação Física**
- Modo(s) de vida: Trabalho, Cultura(s) e Identidade(s) - Territórios: NaturePolíticas - Saúde: Hábitos e Costumes.	- O processo de socialização as instituições sociais; - A cultura e a industria cultural; - Trabalho, produção e Classes sociais; - Poder, política e ideologia; - Direitos, cidadania e movimentos sociais.	- A dimensão econômica do Espaço geográfico; - A dimensão política do espaço geográfico; - A dimensão socioambiental do espaço geográfico; - Tal do espaço geográfico; - A dimensão cultural e demográfica do espaço geográfico.	- Movimento; - Termodinâmica; - Eletromagnetismo; **Matemática** - Números e álgebra; - Grandezas e medidas; - Geometrias; - Funções; - Tratamento da informação.	- Organização dos seres vivos; - Mecanismos biológicos; - Biodiversidade; - Manipulação genética.	- [...]seres situados num tempo histórico, num espaço geográfico; pertencem a uma comunidade, a um grupo e,por isso carregam crenças, valores culturais, sociais, enfim a ideologia do grupo, da comunidade de que fazem parte. Essas crenças, ideologias são vinculadas, isto é aparecem nos discursos. É por isso que dizemos que não há discurso neutro, todo discurso produz sentidos que expressam as posições sociais, culturais, ideológicas dos sujeitos da linguagem. Às vezes esses sentidos são produzidos de forma explícita, mas na maioria das vezes não.[...]fica por com ta do interlocutor o trabalho de construir, buscar os sentidos implícitos, subentendidos. (Brandão,2005, p. 2-3).	- Esporte; - Jogos e brincadeiras; - Ginástica; - Lutas; - Dança;
	Filosofia - Mito e filosofia - Teoria do conhecimento; - Ética - Filosofia política; - Filosofia da ciência; - Estética	**História** - Relações de Trabalho - Relações de Poder - Relações culturais		**Química** - Matéria e sua natureza; - Biogeoquímica; Química sintética.	**LEM** - As práticas discursivas; - Leitura, escrita, oralidade Gêneros Discursivos	**EXPRESSÕES CULTURAIS ARTÍSTICAS** - Elementos formais; - Composição; - Movimentos e períodos; - Encaminhamentos metodológicos; - Artes Visuais; - Dança; - Música; - Teatro.

2.6.4 As Matrizes Curriculares estão dispostas à folha 87 e 88:

Ensino Fundamental

Área do Conhecimento	Disciplinas	C. H. Ensino Fundamental				C. H. Total
		5ª	6ª	7ª	8ª	
Expressões Culturais Artísicas	Arte	2	2	2	2	8
Ciências da Natureza	Ciência	3	3	3	4	13
Linguagens	Língua Portuguesa	4	4	4	4	24
	Língua Estrangeira	2	2	2	2	
Ciências Humanas I e II	História	3	3	4	3	27
	Geografia	3	3	3	3	
	Ens. Religioso	1	1	0	0	
Cultura Corporal	Educação Física	3	3	3	3	12
Ciências Exatas	Matemática	4	4	4	4	16
Total		**25**	**25**	**25**	**25**	**100**

Ensino Médio

Área do Conhecimento	Disciplinas	C. H. Ensino Médio			C. H. Total
		1ª	2ª	3ª	
Expressões Culturais Artísticas	Artes	2	2	-	4
Ciências da Natureza	Química	2	2	2	12
	Biologia	2	2	2	
Linguagens	Língua Portuguesa	4	3	4	17
	Língua Estrangeira	2	2	2	
Ciências Humanas I	Sociologia		2	2	08
	Filosofia	2		2	
Ciências Humanas II	Historia	2	2	2	12
	Geografia	2	2	2	
Cultura Corporal	Educação Física	2	2	2	6
Ciências Exatas	Matemática	3	4	3	16
	Física	2	2	2	
Total Semana		25	25	25	75

3. Avaliação

Apresenta-se às folhas 88 a 91 a concepção avaliativa com enfoque de diagnóstica, formativa, contínua, diversificada e processual, a ser realizada empregando-se diferentes instrumentos, inclusive com Conselho de Classe com a participação de toda a comunidade.

Consta à fls. 90 que:

> Na construção do Plano de Trabalho Docente já são apontados os objetivos que se pretendem alcançar ao se trabalhar os conteúdos estruturantes das disciplinas escolares, cabendo aos professores, a partir desta proposta, estar atento a eles

4. Recursos Humanos

Os professores serão contratados por área do conhecimento e ministrarão o conjunto das disciplinas que compõem a mesma. Abaixo, os quadros com a área e a formação necessária do docente:

Ensino Fundamental

ÁREA DO CONHECIMENTO	HABILITAÇÃO
Expressões Culturais Artísticas	Graduação: Artes, Educação Artística, Pedagogia. Ter lecionado esta disciplina na Educação Básica.
Ciências da Natureza	Graduação: Ciências Biológicas e ou Biologia.
Linguagens	Gruaduação: Língua Portuguesa, com habilitação em Espanhol.
Ciências Humanas I	Graduação: Sociologia, Filosofia, Historia, Geografia e ou Pedagogia. Ter lecionado esta disciplina na Educação Básica.
Ciências Humanas II	Graduação: Geografia e História.
Cultura Corporal	Graduação: Educação Física.
Ciências Exatas	Graduação: Matemática e ou Física. Ter lecionado estas disciplinas na Educação Básica.

Ensino Médio

ÁREA DO CONHECIMENTO	HABILITAÇÃO
Expressões Culturais Artísticas	Graduação: Artes, Educação Artística, Pedagogia. Ter lecionado esta disciplina na Educação Básica.
Ciências da Natureza	Graduação: Ciências Biológicas e ou Biologia e Química. Ter lecionado uma destas disciplinas na Educação Básica.
Linguagens	Gruaduação: Língua Portuguesa, com habilitação em Espanhol.
Ciências Humanas I	Graduação: Sociologia, Filosofia, Historia, Geografia e ou Pedagogia. Ter lecionado esta disciplina na Educação Básica.
Ciências Humanas II	Graduação: Geografia e História.
Cultura Corporal	Graduação: Educação Física.
Ciências Exatas	Graduação: Matemática e ou Física. Ter lecionado estas disciplinas na Educação Básica.

5. Formação Continuada

A formação continuada para os professores é descrita às fls. 92 a 94, mas não há um cronograma.

6. Avaliação da Proposta

Apontam que por ser uma proposta experimental, a mesma será acompanhada continuadamente (fls. 94).

II - No Mérito

A Proposta Pedagógica das Escolas das Ilhas do Litoral Paranaense, ora apresentada, possui amparo nas normas e diretrizes nacionais e estaduais.

É evidente que a proposta é dirigida para alunos do Ensino Fundamental e Médio de moradores das ilhas do litoral paranaense a ser trabalhada com conteúdos estruturantes a partir dos eixos temáticos, os quais são os modos de vida: trabalho, cultura(s) e identidade(s); territórios: natureza, poder e políticas; saúdes: hábitos e costumes.

Os eixos e os conteúdos têm referência nas áreas do conhecimento que são diferentemente relacionadas às Diretrizes Curriculares Nacionais, quais sejam:

- Área de Linguagens: Língua Portuguesa e Língua Estrangeira Moderna;

- Expressões Culturais e Artísticas: Arte;

- Cultura Corporal: Educação Física;

- Ciências Exatas: Matemática e Física;

- Ciências Naturais: Ciências, Biologia e Química;

- Ciências Humanas I: Ensino Religioso, Sociologia e Filosofia;

- Ciências Humanas II: Geografia e História.

Os tempos e espaços escolares citados no item "O Currículo nas e para as Ilhas: Gestão Democrática e ampliação dos tempos e espaços escolares", não ficam explícitos, dificultando o entendimento de como serão, de fato, trabalhados.

A Deliberação n.º 04/99-CEE/PR, nos artigos 31 e 37, com base na LDB, prevê a execução de experiências pedagógicas, desde que analisadas por esse Conselho, antes de sua execução, cujo feito se deu pelo envio do presente processo.

Destaca-se que para haver o reconhecimento de tais ofertas na possibilidade de continuidade, o órgão executivo deve acompanhar e supervisionar os experimentos, enviando relatórios circunstanciados ao CEE que analisará e avaliará a continuidade dos mesmos.

II - VOTO DA RELATORA

Diante de todo exposto, esta relatora é favorável à autorização para funcionamento de Ensino Fundamental e Médio das Escolas das Ilhas do Litoral Paranaense em caráter experimental, fundamentada na Proposta Pedagógica das Escolas das Ilhas do Litoral Paranaense, ora apreciada.

Cabe à SEED encaminhar a este Conselho o pedido de reconhecimento dos cursos, conforme o § 4º do artigo 37 da Deliberação n.º 04/99-CEE/PR, contendo relatório circunstanciado.

PROCESSO N.° 1403/09

Devolva-se o protocolado à SEED para as devidas providências.

É o Parecer.

CONCLUSÃO DA CÂMARA
A Câmara de Educação Básica aprova, por unanimidade, o Voto da Relatora.
Curitiba, 03 de março de 2010.

Romeu Gomes de Miranda
Presidente do CEE

Darci Perugine Gilioli
Presidente da CEB